

Rio Grande Energias Renováveis Ltda.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rio Grande Energias Renováveis Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre esses valores.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 3 de maio de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021			2021	2020	2021
		(Não Auditado)					(Não Auditado)		
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.318	1.041	154.574	Fornecedores	12	-	-	6.185
Contas a receber de clientes	6	-	-	66.199	Impostos a recolher		17	9	3.276
Impostos a recuperar	7	259	7	875	Partes relacionadas		-	50.174	12.683
Partes Relacionadas		6.000	48.769	6.000	Contas a Pagar	16	-	-	40.398
Adiantamento		1	-	29	Financiamentos	14	-	-	97.616
Despesas antecipadas		-	-	2.675	Debentures	13	-	-	50.535
Créditos diversos		-	-	222	Provisão IRPJ e CSLL		-	-	3.519
					Outras obrigações		-	-	1.680
Total		7.578	49.817	230.574	Provisão		-	-	650
					Arrendamento	17	-	-	411
Não Circulante					Dividendos a pagar		-	-	12.388
Outros Créditos		-	-	376	Total		17	50.183	229.341
Aplicações Financeiras Vinculadas	8	-	-	70.635	Não Circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos		-	-	1.045	Financiamentos	14	-	-	1.060.357
Contas a Receber		-	-	9.147	Contas a Pagar	16	-	-	5.125
Impostos a recuperar	7	7	-	1.343	Debentures	13	-	-	167.838
Arrendamento		-	-	4.842	Arrendamento	17	-	-	4.917
Investimento	10	835.611	-	-	Provisão Desmobilização	11.3	-	-	24.170
Imobilizado	11	-	-	2.096.297	ICMS Diferido		-	-	6.160
Intangível	11	-	-	24.190	Total				1.268.567
Total		835.618	-	2.207.875					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	18	791.738	1	791.738
					Reservas de lucro	18	51.441	-	51.441
					Prejuízo Acumulado		-	(367)	-
					Total do patrimônio líquido controladora		843.179	(366)	843.179
					Participação dos não controladores		-	-	97.362
					Total do patrimônio líquido		843.179	(366)	940.541
TOTAL DO ATIVO		843.196	49.817	2.438.449	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		843.196	49.817	2.438.449

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	Não Auditado 2020	2021
Receita Operacional Líquida	19	-	-	460.490
Custo da Operação	20	-	-	(183.333)
LUCRO BRUTO		-	-	277.157
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	20	(33)	(4)	(15.196)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	-	-	3.793
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		(33)	(4)	265.754
Receitas financeiras	21	1.102	200	8.056
Despesas financeiras	21	(1.644)	(563)	(128.612)
Variação cambial, líquida		-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	76.383	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		75.808	(367)	145.198
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente		-	-	(47.066)
Diferido		-	-	295
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		75.808	(367)	98.427
Atribuível A:				
Participação Controladores		75.808	(367)	75.808
Participação dos não Controladores				22.619

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	75.808	(367)	98.427
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>75.808</u>	<u>(367)</u>	<u>98.427</u>
Resultado Abrangente total atribuído a:			
Participação Controladores	75.808	(367)	75.808
Participação dos não Controladores	-	-	22.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reservas de Lucro			Lucros Acumulados	Total	Participação não controladores	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial				
Integralização de Capital		1	-	-	-	1	1	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(367)	(367)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Não Auditado)		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(367)</u>	<u>(366)</u>	<u>(366)</u>	
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	75.808	75.808	98.427	
Integralização de Capital Social	18	791.737	-	-	-	791.737	890.761	
Constituição de reserva legal	18	-	3.772	-	(3.772)	-	-	
Constituição de reserva especial	18	-	-	71.669	(71.669)	-	-	
Distribuição de Dividendos	18	-	-	(24.000)	-	(24.000)	(48.281)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>791.738</u>	<u>3.772</u>	<u>47.669</u>	<u>-</u>	<u>843.179</u>	<u>940.541</u>	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício		75.808	(367)	98.427
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e Contribuição social		-	-	47.066
Créditos de Impostos		-	-	(1.437)
Juros sobre a Dívida		-	-	134.456
Equivalência Patrimonial	10	(76.383)	-	62
Depreciação e amortização		-	-	88.541
Amortização Desmobilização		-	-	1.419
Despesas Financeiras com Desmobilização		-	-	710
Despesas Finan. Arrendamento		-	-	588
Depreciação e amortização de Arrendamentos		-	-	237
		<u>(575)</u>	<u>(367)</u>	<u>370.069</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes		-	-	4.752
Outros Créditos		(2)	-	222
Impostos a recuperar		(259)	(7)	4.422
Despesas antecipadas		-	-	(305)
Fornecedores		-	-	(1.236)
Contas a pagar		-	-	18.353
Impostos a recolher	8	8	9	(10.031)
Partes Relacionadas		(7.405)	1.405	(57.686)
Outras obrigações e contas a pagar		-	-	776
Caixa aplicado (gerado) pelas atividades operacionais		<u>(8.233)</u>	<u>1.041</u>	<u>329.336</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-	-	(45.629)
Pagamento de juros		-	-	(86.445)
Caixa líquido aplicado (gerado) pelas atividades operacionais		<u>(8.233)</u>	<u>1.041</u>	<u>197.262</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Redução de Capital Investida		20.500	-	-
Aquisição de imobilizado		-	-	(99.930)
Recebimento de dividendos		86.610	-	-
Integralização de capital em controladas		(74.600)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>32.510</u>	<u>-</u>	<u>(99.930)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Captação de financiamentos		-	-	80.955
Pagamento de financiamentos		-	-	(50.146)
Captação de empréstimos partes relacionadas		-	-	6.000
Pagamento de empréstimos partes relacionadas		-	-	(298)
Pagamento de Arrendamento		-	-	(657)
Pagamento de dividendos	10	(24.000)	-	(46.176)
Pagamento de Debentures		-	-	(48.060)
Comissionamento		-	-	539
Integralização de Capital	18	-	-	130.982
Partes Relacionadas		-	-	(7.085)
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(8.812)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(24.000)</u>	<u>-</u>	<u>57.242</u>
Aumento Líquido no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa				
		<u>277</u>	<u>1.041</u>	<u>154.574</u>
Caixa obtido nas operações societárias				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.041	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>1.318</u>	<u>1.041</u>	<u>154.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor nominal das ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 - Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, constituída em 21 de maio de 2020.

A Companhia tem como controlador direto a Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social. A Rio Grande Energia Renováveis LTDA. é controladora da Rio Sul 1 Energia Ltda., Rio Norte I Energia Ltda. e Rio Norte II Energia Ltda. a qual detém 100% do seu capital social.

Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

	<u>Quotas</u>	<u>% de Participação</u>
Enerfín Enervento Exterior S.L.U.	791.738.362	100,00%

A Companhia tem por objeto a promoção, a gestão e a administração de sociedades de toda classe, seja através dos órgãos diretivos, seja através da titularidade de ações e/ou de participações, podendo tais operações serem realizadas de forma direta ou indireta; a aquisição e/ou a subscrição de ações ou de participações em sociedades, no Brasil ou no estrangeiro, dedicadas a atividades de caráter empresarial, cujos títulos sejam ou não cotados em bolsa de valores.

A Companhia é controladora nas seguintes Sociedades Holdings (“Grupo”), cujo objeto a promoção, a gestão e a administração de sociedades de toda classe:

	<u>Participação em Controladas 2021</u>
<u>Investidas</u>	
Rio Sul 1 Energia Ltda.	100%
Rio Norte I Energia Ltda.	100%
Rio Norte II Energia Ltda.	100%

Rio Sul 1 Energia

A Rio Sul 1 Energia Ltda. (“Rio Sul 1”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 - Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, constituída em 10 de dezembro de 2015.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

A Rio Sul 1 é uma empresa holding controladora das seguintes Sociedades de Propósito Específico, cujo as operações são dedicadas a exploração de energia eólica:

	<u>Participação em</u> <u>Controladas</u> <u>2021</u>
<u>Investidas</u>	
Parques Eólicos Palmares S.A.	80%
Ventos da Lagoa Energia S.A.	80%
Ventos do Litoral Energia S.A.	80%
Ventos dos Índios Energia S.A.	80%
Ventos do Sul Energia S.A.	80%

Rio Norte I Energia

A Rio Norte I Energia Ltda. (“Rio Norte I”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Rua Apodi, 209, cidade de Natal/RN, constituída em 13 de julho de 2018.

A Rio Norte I é controladora das seguintes Sociedades de Propósito Específico, cujo as operações são dedicadas a exploração de energia eólica:

	<u>Participação em</u> <u>Controladas</u> <u>2021</u>
<u>Investidas</u>	
Ventos de São Fernando I Energia S.A	100%
Ventos de São Fernando II Energia S.A	100%
Ventos de São Fernando III Energia S.A	100%

Rio Norte II Energia

A Rio Norte II Energia Ltda. (“Rio Norte II”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Rua Doutor Poty Nobrega, 1946, cidade de Natal/RN, constituída em 4 de fevereiro de 2020.

A Rio Norte II é controladora das seguintes Sociedades de Propósito Específico (“Grupo”), cujo as operações são dedicadas a exploração de energia eólica:

	<u>Participação em</u> <u>Controladas</u> <u>2021</u>
<u>Investidas</u>	
Ventos de São Fernando IV Energia S.A.	100%

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas capital circulante líquido positivo no montante de R\$1.233 em 2021. Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes consolidado refere-se as obrigações de financiamentos a pagar e que a geração de fluxo de caixa futuros decorrente dos contratos de fornecimento de energia de suas controladas será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamento.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 99%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia não possuía participação em controladas em 2020, motivo pelo qual as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram apresentadas

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 03 de maio de 2022.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado

2.7. Provisão para Desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A controladora e as controladas são optantes de regime tributário de lucro real.

Lucro Real

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada pelo Grupo é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados aos clientes de acordo com os volumes de energia contratados. As controladas podem em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia é inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia é superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.12. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.12.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso dos arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

- (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.
- (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
- (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual.
- (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.

- (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.
- (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
- (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.
- (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
- (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício e são ajustadas de forma prospectiva, se necessário.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 12 o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos - Custos de Desmobilização

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na NE 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa de taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes do Grupo não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	Não auditado 2020	2021	Não auditado 2020
Saldo de caixa e bancos	-	-	278	-
Aplicações financeiras para curto prazo	1.318	1.041	154.296	-
	<u>1.318</u>	<u>1.041</u>	<u>154.574</u>	<u>-</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	Controladora		2021
				2021	2020 Não Auditado	
Banco Itaú	ITAU APLIC AUT MAIS	Indefinido	114,33% do CDI a.a.	1.217	1.041	1.217
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	98,64% do CDI a.a.	101	-	101
Banco do Nordeste	BNB AUTOMATICO FI RF	Indefinido	55,32% do CDI a.a.	-	-	122
Banco Santander	Master Fi Renda Fixa	Indefinido	97% do CDI a.a.	-	-	4.797
Banco Bradesco	Simple CDB Autom.	Indefinido	97,75% do CDI a.a.	-	-	11.490
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	106,34% do CDI a.a.	-	-	31
Banco Itaú	ITAU APLIC AUT MAIS	Indefinido	114,33% do CDI a.a.	-	-	11.903
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	98,64% do CDI a.a.	-	-	51.808
Banco do Nordeste	BNB AUTOMATICO FI RF	Indefinido	55,32% do CDI a.a.	-	-	37.823
Banco Santander	DI MASTER FIC FI	Indefinido	97% do CDI a.a.	-	-	36
BRDESCO	CDBs/LETRAS	Indefinido	97,75% do CDI a.a.	-	-	3.059
Banco do Nordeste	BNB AUTOMATICO FI RF	Indefinido	55,32% do CDI a.a.	-	-	-
Banco do Brasil	RF CP Corpor Ágil	Indefinido	95,15% do CDI a.a.	-	-	31.060
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	98,64% do CDI a.a.	-	-	849
				<u>1.318</u>	<u>1.041</u>	<u>154.296</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia e serviços, conforme contratos firmados.

	2021
Distribuidoras	808
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	33.678
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	24.421
Cientes diversos	1.402
Créditos energia gerada no exercício (a)	5.687
Deal Comercializadora de Energia LTDA.	3.134
KROMA Comercializadora de Energia LTDA.	1.811
Matrix Comercializadora de Energia Eletrics S.A.	790
Focus Energia	156
Nova Energia	871
Cemig geração e transmissão S.A.	2.124
kroma comercializadora de energia Ltda.	464
	<u>75.346</u>
Ativo Circulante	66.199
Ativo Não Circulante (b)	9.147

(a) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento de energia com a Eletrobrás no valor de R\$5.687 (R\$4.791 em 31 de dezembro de 2020), que será faturado de forma linear nos próximos 12 meses;

(b) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que serão faturadas no próximo quadriênio.

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis e não haver saldos em atraso em 31 de dezembro de 2021.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado
		Não auditado	
	2021	2020	2021
IR a compensar	262	7	2.106
CSLL a compensar	4	-	106
Outros Impostos a compensar	-	-	6
	<u>266</u>	<u>7</u>	<u>2.218</u>
Circulante	259	7	875
Não Circulante	7	-	1.343

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade do Grupo de gerar tributos a pagar.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto contratualmente, para cada uma das controladas da Rio Sul 1 foram abertas três contas-correntes distintas vinculadas aos financiamentos obtidos e debêntures emitidas, todas mantidas junto ao Banco Itaú S/A. As aplicações derivadas das contas-correntes do Banco Itaú S.A. estão segregadas e apresentamos no ativo não circulante, no montante consolidado de R\$ 55.872.

As aplicações financeiras vinculadas mantidas no Banco Itaú S.A., correspondem a quotas do Fundo Itaú ITAU TOP DI FIC R, conforme previsto contrato de financiamento, avaliadas de acordo com o valor da quota na data dos encerramentos.

De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES essas contas vinculadas deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 03 meses de principal e juros. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vincenda do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.

As aplicações financeiras apresentadas no consolidado da Rio Norte I, correspondem a quotas do Banco do Nordeste no valor de R\$ 14.763.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) O regime de tributação da controladora, Rio Sul 1, Rio Norte I, Rio Norte II é o Lucro Real.
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	Controladora		Consolidado
	2021	Não auditado 2020	2021
Resultado antes dos tributos	75.808	(367)	145.198
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	<u>(25.775)</u>	<u>-</u>	<u>(49.367)</u>
Equivalência Patrimonial	76.383	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social das Controladas	<u>(50.608)</u>	<u>-</u>	<u>2.596</u>
Corrente	-	-	(47.066)
Diferido	-	-	295
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(46.771)</u>
Alíquota Efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32,21%</u>

- b) Impostos Diferidos

- b.1) O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao consolidado:

Ativo diferido	2021		
	IR	CS	Total
Diferenças Temporárias	768	277	1.045
Ativo Não Circulante	<u>768</u>	<u>277</u>	<u>1.045</u>
			Realização do ativo diferido
2022			1.045
Total			<u>1.045</u>

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

10. INVESTIMENTOS

Em 24 de março de 2021 a Rio Grande Energia se tornou controladora das Companhias Rio Sul 1, Rio Norte I e Rio Norte II após a integralização de Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$791.738 é representado por 791.738.362 mil quotas de valor nominal R\$1,00.

(a) Participação societária nos investimentos

Empresa	País	Percentual (%)
		2021
Rio Sul 1 Energia	Brasil	100
Rio Norte I Energia	Brasil	100
Rio Norte II Energia	Brasil	100

(b) Controladora

Os investimentos são compostos por:

	Controladora 2021
Participação em empresas controladas	
Rio Sul 1 Energia	441.699
Rio Norte I Energia	227.726
Rio Norte II Energia	166.185
Total dos investimentos	<u>835.611</u>

Participação nas investidas:

Em 31 de dezembro de 2021	Rio Sul 1 Energia	Rio Note I Energia	Rio Note II Energia	Total Investimentos
Capital social	296.258	235.086	165.601	696.945
Nº ações	296.258	235.086	165.601	696.945
Participação (%)	100	100	100	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	101.130	(7.360)	1.782	95.552
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	441.699	227.726	166.185	835.610
Resultado de participação Investimento	<u>91.432</u>	<u>(13.034)</u>	<u>(2.015)</u>	<u>76.383</u>
	441.699	227.726	166.185	835.611

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial, segue demonstrada abaixo:

	Controladora 2021
Integralização de Capital	783.227
Dividendos	(24.000)
Equivalência patrimonial	76.383
Saldo Final	<u>835.611</u>

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

11. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

Controladora e Controladas não possuem ativo imobilizado.

Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2021		
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Administração central:				
Computadores	20%	1.922	(1.480)	442
Móveis e utensílios	10%	3.228	(1.080)	2.148
Instalações	10%	300	(177)	123
Máquinas e Equipamentos	10%	8.334	(3.678)	4.656
Veículos	20%	434	(390)	44
Operação do sistema:				
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	406.166	(136.771)	269.395
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	380.667	(12.639)	368.028
Máquinas e equipamentos	3,11%	1.244.756	(570.230)	674.526
Máquinas e equipamentos	3,33%	782.479	(25.585)	756.894
Desmobilização		22.551	(2.511)	20.040
		<u>2.850.837</u>	<u>(754.541)</u>	<u>2.096.297</u>

	Imobilizações em Andamento	Edificações, Obras Civis, Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Integralização de Capital	-	634.726	1.454.585	2.089.312
Adições	234	53.953	45.743	99.930
Transferências	(234)	234	-	-
Baixa Desmobilização	-	(5.022)	(2.453)	(7.475)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	-	1.437	1.437
Desmobilização	-	2.242	-	2.242
Amortização Desmobilização	-	(871)	(548)	(1.419)
Depreciação do exercício	-	(26.157)	(61.573)	(87.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	<u>659.105</u>	<u>1.437.191</u>	<u>2.096.297</u>

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

Intangível

O ativo intangível apresenta a seguinte composição e movimentação:

Intangível	Consolidado		
	2021		
	Custo	Amortização	Líquido
Rio Sul 1	157	(54)	103
Rio Norte I	15.918	(588)	15.331
Rio Norte II	8.980	(224)	8.756
Total Intangível	25.055	(866)	24.190

11.1. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

O Grupo avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

11.2. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R\$24.170.

11.3. ICMS diferido

O consolidado da Companhia possui ICMS diferido, no valor de R\$6.170 referente as operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota.

Conforme convênio ICMS 109/2014 o valor de ICMS diferido deve ser pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

12. FORNECEDORES

Trata-se de obrigações com fornecedores o qual serão quitados no prazo máximo de 90 dias.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Fornecedores	-	-	6.185

13. DEBÊNTURES

A controlada Ventos do Sul Energia S/A. realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R\$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2021 foi efetivada a quinta amortização de debentures.

Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures Consolidado							
Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R\$227.000	(642)	148.073	672	148.103
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R\$98.000	(1.380)	71.541	109	70.270
			R\$325.000	(2.022)	219.614	781	218.373
							2021
Circulante							50.535
Não Circulante							167.838
Total Debêntures							218.373

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

13.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A controlada Ventos do Sul Energia S.A. classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2023	53.069
2024	56.471
2025	58.298
Total Passivo não Circulante	<u>167.838</u>

13.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures Consolidado

Integralização de Capital	257.363
Juros Incorridos	19.196
Amortização de debêntures	(48.060)
Amortização de juros	(10.665)
Custo de Captação a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2021	<u>218.373</u>

13.3. Cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

A controlada Ventos do Sul Energia S.A. emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

- i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações.
- ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas.
- iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos).
- iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.
- v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/2021 a controlada cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

14. FINANCIAMENTOS

A posição geral consolidada dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

Consolidado					
Instituição financeira	Encargos de juros (a.a.)	Vencimento Final	Circulante 2021	Não circulante 2021	Total
BNDES	TJLP + 2,34%	2029	68.019	251.020	319.039
BNB - São Fernando I	FAM (a) x 2,54%	2039	7.934	259.148	267.082
BNB - São Fernando II	FAM (a) x 2,281%	2039	14.078	222.050	236.128
BNB - São Fernando III	FAM (a) x 1,4541%	2036	376	79.005	79.381
Banco do Brasil	FAM (a) x 0,788%	2040	7.209	249.134	256.343
			<u>97.616</u>	<u>1.060.357</u>	<u>1.157.973</u>

a) FAM: Fator de Atualização Monetária, derivado da variação do IPCA

Consolidado

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	2021
Integralização de Capital	1.087.683
Adição	80.955
Apropriação de Juros	115.261
Amortização Principal	(50.146)
Amortização Juros	(75.780)
Saldo Final	<u>1.157.973</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

Consolidado

2023	73.578
2024	72.318
2025	69.752
2026	71.535
2027	73.198
2028 a 2040	<u>699.976</u>
Total	<u>1.060.357</u>

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES para efetivação dos projetos nas controladas, distribuídos em curto e longo prazo conforme o prazo de carência e de vencimento.

14.1. Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES cada uma das controladas está sujeita as seguintes cláusulas financeiras restritivas:

Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, além do mínimo legal previsto no artigo 202, parágrafo segundo, da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se observado, cumulativamente, os itens abaixo:

- a) Efetuada após 31 de dezembro de 2017.
- b) Verificada a Conclusão do Projeto.
- c) Efetuada no período compreendido entre abril e dezembro do respectivo ano civil.
- d) Preenchida a "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e a "Conta Reserva de O&M" (aplicação financeira vinculada, nota nº 8), na forma do Contrato mencionado no Inciso I da Cláusula Décima.
- e) Atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), no exercício anterior, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado no referido Inciso de 1,3.
- f) Comprovada a geração consolidada, composta pela soma da geração das SPE's:
 - f.1) PARQUES EÓLICOS PALMARES S.A. - central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO, da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 2, e da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 3, de, no mínimo, 128.500 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.
 - f.2) VENTOS DA LAGOA ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL SANGRADOURO 2 e da central geradora eólica denominada EOL SANGRADOURO 3, de, no mínimo, 125.300 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.
 - f.3) VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 2 e da central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 3, de, no mínimo, 131.800 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.
 - f.4) VENTOS DOS ÍNDIOS ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL PARQUE EÓLICO DOS ÍNDIOS 2 e da central geradora eólica denominada EOL PARQUE EÓLICO DOS ÍNDIOS 3, de, no mínimo, 145 GW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 35.2018.4547.25370, 35.2019.925.25759 e 35.2019.545.26030 celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e Ventos de São Fernando I Energia S/A, Ventos de São Fernando II Energia S/A e Ventos São Fernando III Energia S/A, reproduzidas abaixo:

- Formalização dos seguintes contratos com o BANCO, doravante denominados CONTRATOS ACESSÓRIOS. As garantias especificadas nos contratos abaixo deverão estar livres de ônus na época em que forem constituídas em favor do BANCO, podendo haver o compartilhamento das garantias com o(s) banco(s) emissor (es) de FIANÇA(S) BANCÁRIA(S), enquanto está(s) estiver(em) vigente(s), havendo a necessidade de formalização de Contrato de Compartilhamento de Garantias:
 - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS celebrado entre EMITENTE/CREDITADO e o BANCO, o qual dá em garantia os direitos creditórios relativos aos provenientes dos Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada celebrado entre o EMITENTE/CREDITADO e a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A - CNPJ' nr 06.981.176/0001-58, na forma do CV/AT 3442/2018, de 26/06/2018, Termo de Cessão I - CV/AT 3442/2018 de 25/09/2018 e Primeiro Termo Aditivo TA CV/AT 3442/2018, de 26/09/2018, bem como quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelo EMITENTE/CREDITADO.
 - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO celebrado entre o EMITENTE/CREDITADO e o BANCO, o qual dá em garantias os direitos emergentes oriundos das Concessões/Autorizações concedidas pelo órgão regulador, relativas ao empreendimento objeto do financiamento.
 - CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, celebrado entre o BANCO e a(s) acionista(s) do EMITENTE/CREDITADO.
 - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES celebrado entre o EMITENTE/CREDITADO e o BANCO, o qual dá em garantias os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativas ao empreendimento objeto do financiamento.
- Constituição de Conta Reserva de Operação e Manutenção (O&M)/ em valor equivalente à maior prestação trimestral do valor anual das despesas com O&M de acordo com os contratos firmados com os fabricantes/mantenedores, a qual será vinculada em garantia de cessão fiduciária mediante aditivo a este instrumento, a ser mantida durante todo o prazo do financiamento.
- Carta de Fiança Bancária em favor do Banco garantido 100% do saldo devedor do financiamento concedido.

14.2. Cláusulas Restritivas

As Companhias Controladas possuem contrato firmado com o BNB, onde estão sujeitas as seguintes cláusulas restritivas, que seguem reproduzidas abaixo e caso sejam descumpridas poderão gerar o vencimento antecipado da dívida:

- Registrar no passivo exigível de longo prazo dos seus balanços e balancetes, quando obrigado a fazê-los, os valores utilizados do financiamento concedido, sob a conta "Banco do Nordeste do Brasil S.A.", indicando em seguida a origem dos recursos.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

- Quando exigida pelo BANCO, contratar auditoria externa especializada independente cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entregando a este os pareceres e relatórios produzidos, facultando ao BANCO contratar diretamente referidos serviços de auditoria externa independente tão somente no caso de o EMITENTE/CREDITADO não o fazer até o final do exercício objeto da auditoria, ficando, neste caso, desde já autorizado a fazê-lo em nome e por conta do EMITENTE/CREDITADO, debitando a este as despesas correspondentes para imediato pagamento sob pena de incorrer em mora pelo valor devido.
- Manter, por todo o período do financiamento, a autorização e a operação do empreendimento objeto deste contrato, bem como o cumprimento de todos os respectivos contratos vinculados ao empreendimento financiado.
- Enviar ao BANCO, anualmente, Demonstrativos Contábeis completos, na forma da legislação tributária então vigente, referentes ao ano imediatamente anterior, em até 10 dias corridos da sua publicação/disponibilização ou ato legal que o substitua.
- Não distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, superiores ao mínimo previsto na legislação brasileira, caso haja qualquer inadimplemento de obrigação pecuniária ou o FUNDO DE LIQUIDEZ não esteja preenchido nos termos previstos no presente instrumento de crédito.
- Cometendo excesso sobre Limite de crédito aberto pelo BANCO, não providenciar a imediata cobertura.
- Sofrer protestos de dívida líquida e certa, em valor global, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto for feito por erro ou má-fé, devidamente comprovados, for cancelado no prazo de 30 (trinta) dias, for suspenso por decisão judicial; for pago ou for prestada garantia pelo EMITENTE/CREDITADO comprovadamente aceita pelo credor ou pelo Poder Judiciário, conforme o caso:
- Uma vez efetivada a entrada em operação comercial do empreendimento(s) objeto do crédito, suspender suas atividades por mais de 90 (noventa) dias consecutivos;
- Vier a ser declarado impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, inclusive como coobrigado;
- Aplicar recursos oriundos de financiamentos concedidos pelo BANCO de forma irregular ou diversa daquela prescrita pelos respectivos contratos;
- Deixar de reforçar as garantias dos créditos imediatamente após notificação do BANCO nesse sentido, se ocorrer qualquer fato que determine a diminuição ou depreciação de tais garantias, respeitados os prazos de cura estabelecidos no instrumento de crédito/garantia;
- For sujeito passivo de demanda judicial que possa atingir os direitos creditórios do BANCO;
- Contratar com outra instituição financeira financiamentos cobertura de itens previstos no Anexo-Orçamento constante instrumento de crédito, ou a ele anexo;
- Vier a ter sua conta de depósitos encerrada no BANCO, ou seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil, não regularizado em até 30 (trinta) dias contados do conhecimento do encerramento da conta ou da inclusão no referido cadastro;

- Pedir recuperação judicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção;
- Remover os bens financiados, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, sejam os bens financiados garantidores ou não garantidores deste instrumento de crédito;
- Alterar o controle acionário do EMITENTE/CREDITADO sem prévia e expressa anuência do BANCO.
- Contra o EMITENTE/CREDITADO e/ou seus condenatória transitada em julgado, em razão EMITENTE/CREDITADO e/ou seus dirigentes, que de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho sexual, proveito criminoso da prostituição ambiente; dirigentes de sentença da prática de atos, pelo importem em discriminação escravo, assédio moral ou crime contra o meio ambiental;
- Decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos creditícios, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei;
- Inadimplência do EMITENTE/CREDITADO em relação ao pagamento dos encargos e/ou do principal de qualquer obrigação contratada junto ao BANCO;
- Existência de registro do EMITENTE/CREDITADO no Cadastro Informativo dos Créditos Não-quitados do Setor Público Federal (CADIN).

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 341.502.714, celebrado pelo Banco do Brasil S.A e Ventos de São Fernando IV Energia S/A, reproduzidas abaixo:

- Alienação da totalidade dos aerogeradores relativos ao Projeto, a serem adquiridos, montados e construídos, conforme previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a FINANCIADA e o FINANCIADOR (o “Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores” e a “Alienação Fiduciária dos Aerogeradores”);

- Alienação fiduciária (a) da totalidade das ações, presentes e futuras, de emissão da FINANCIADA de titularidade dos Acionistas Diretos; (b) quaisquer outras ações que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo tituladas pelos Acionistas Diretos, e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela FINANCIADA, incluindo mas não se limitando a, as ações provenientes do aumento do capital social da FINANCIADA, decorrente do exercício pelo FINANCIADOR das prerrogativas que lhe são outorgadas no Contrato de Compromisso de Suporte, bem como (i) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, (ii) tidas as ações que porventura seja atribuídas aos Acionistas Diretos, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista, (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporações, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a FINANCIADA, conforme previstos no contrato de alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças a ser celebrado entre a FINANCIADA, os Acionistas Diretos e FINANCIADOR (o “Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores” e a “Alienação Fiduciária dos Aerogeradores”); e;
- Cessão fiduciária, pela FINANCIADA, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, dos seguintes direitos de sua titularidade, nos termos do contrato de cessão fiduciária de recebíveis a ser celebrado entre a FINANCIADA e o FINANCIADOR (o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”): (a) o PPA Cemig e seus respectivos aditivos; (b) os direitos creditórios presentes e futuros provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela FINANCIADA, decorrentes do Projeto; (c) quaisquer outros direitos e/ou receitas presentes e futuros que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; (d) quaisquer recursos presentes e futuros que venham a ser depositados nas contas vinculadas a que se refere o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (e) os direitos emergentes das autorizações, presentes e futuros, bem como suas subseqüentes alterações, expedidas pela ANEEL, bem como eventuais resoluções e/ou despachos do MME que venham a ser emitidos, incluindo as suas subseqüentes alterações decorrentes do Projeto; e (f) os direitos creditórios presentes e futuros provenientes dos Contratos de Projeto, inclusive das apólices de seguro já firmadas e eventuais aditamentos, endossos, atualizações e novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela FINANCIADA no âmbito do Projeto (a “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”);

14.3. Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas restritivas, que seguem reproduzidas abaixo e caso sejam descumpridas poderão gerar o vencimento antecipado da dívida:

- I) Descumprimento, pela FINANCIADA, pelos Acionistas Diretos e/ou pelo Acionista Indireto de quaisquer das demais obrigações principais ou acessórias constantes no Contrato de Financiamento, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compromisso de Suporte, desde que o descumprimento não seja sanado no prazo de cura aplicável à referida obrigação;
- II) Caso a FINANCIADA, os Acionistas Diretos e/ou o Acionista Indireto questione judicialmente o contrato de financiamento ou qualquer dos Contratos de Garantia ou o Contrato de Compromisso de Suporte;

- III) Se o contrato de financiamento, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compromisso de Suporte e/ou qualquer disposição destes, for(em) revogado(s), declarado(s) nulo(s), tornar(em)-se inexecutável(is) ou deixar(em) de estar em pleno efeito ou vigor conforme decisão judicial de exigibilidade imediata, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos do FINANCIADOR, no âmbito o contrato de financiamento ou, ainda, caso qualquer dos instrumentos listados acima sejam rescindidos;
- IV) Se o contrato de financiamento, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compromisso de Suporte e/ou qualquer disposição destes, for(em) revogado(s), declarado(s) nulo(s), tornar(em)-se inexecutável(is) ou deixar(em) de estar em pleno efeito ou vigor conforme decisão judicial de exigibilidade imediata, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos do FINANCIADOR, no âmbito o contrato de financiamento ou, ainda, caso qualquer dos instrumentos listados acima sejam rescindidos;
- V) Caso a FINANCIADA desvie, no todo ou em parte, a utilização dos ativos dados em garantia em relação à finalidade do Projeto;
- VI) Atraso ou alteração no Cronograma Físico-Financeiro do Projeto que afete a capacidade da FINANCIADA de cumprir com suas obrigações pecuniárias decorrentes do contrato de financiamento;
- VII) Não realização tempestiva de aportes previstos no Contrato de Compromisso de Suporte pelo Acionista Indireto;
- VIII) Redução do capital da FINANCIADA sem a prévia anuência do FINANCIADOR, exceto nas seguintes hipóteses: (I) Se antes do “Completion” Financeiro(conforme definido abaixo) incluindo o período de construção: a) caso a FINANCIADA esteja adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes do contrato de financiamento e dos Contratos de Garantia; (b) desde que o Patrimônio Líquido da FINANCIADA represente, no mínimo, 31% do seu Ativo Total, comprovado por meio de demonstrações financeiras publicadas, auditada e com notas explicativas, ou assinadas por representante legal e contador no CRC; e (c) inexista “Funding Gap”; e (II) se após o “Completion” Financeiro: os itens (I) (a), (b) e (c) acima estejam sendo observados e o ICSD Mínimo tenha sido observado nos 12(doze) meses anteriores ao mês de apuração;
- IX) Não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão ou extinção das autorizações/concessões, alvarás, licenças, inclusive ambientais, necessárias para a construção e funcionamento do Projeto, exceto por aquelas que estejam sendo ou que venham a ser questionadas na esfera judicial ou administrativa com obtenção de efeito suspensivo, ou ainda, aquelas em processo tempestivo de obtenção ou renovação;
- X) Não manutenção da regularidade e vigilância das apólices de seguros exigidas no âmbito do Projeto, que deverão indicar o FINANCIADOR como beneficiário;
- XI) Contratação /assunção de novas dívidas pela FINANCIADA, inclusive no mercado de capitais, sem a prévia aprovação do FINANCIADOR, exceto: a) se o montante individual ou agregado, por ano e de forma não cumulativa, for igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00(cinco milhões de reais), e desde que os recursos obtidos sejam utilizados na manutenção das atividades operacionais da FINANCIADA;

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

- XII) Distribuição pela FINANCIADA de recursos na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro e outras remunerações, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda 25% do lucro líquido de cada período, salvo se (i) prévia e expressamente autorizado pelo FINANCIADOR; ou (ii) houver atingido o “Completion” Físico e se mantiver nas condições definidas como “Completion” Financeiro (“Distribuições Permitidas”).
- XIII) Não realização de Depósito Complementar da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), caso não seja atingido o ICSD Mínimo.

A Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas mencionadas, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2021.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

15.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

- (a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos e debentures, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 13 e 14.
- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Dívida (a)	1.376.346
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	<u>154.574</u>
Dívida líquida	<u>1.221.772</u>
Patrimônio líquido (c)	940.541
Índice de endividamento líquido	1,30

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

15.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
			<u>Não Auditado</u>	
		<u>Valor contábil e valor justo</u>	<u>Valor contábil e valor justo</u>	<u>Valor contábil e valor justo</u>
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Caixa e Equivalente de Caixa	1	1.318	1.041	154.574
Aplicações financeiras vinculadas	1	-	-	70.635
Total dos ativos financeiros		<u><u>1.318</u></u>	<u><u>1.041</u></u>	<u><u>225.209</u></u>
Passivos Financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	-	-	-	6.185
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	45.523
Financiamentos	-	-	-	1.157.973
Partes Relacionadas e dividendos	-	-	50.174	25.071
Debentures	-	-	-	218.373
Outras obrigações	-	-	-	1.680
Total dos passivos financeiros		<u><u>-</u></u>	<u><u>50.174</u></u>	<u><u>1.454.805</u></u>

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

15.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

15.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado					Total 31/12/2021
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 Anos	
Passivos						
Fornecedores	6.186	-	-	-	-	6.186
Contas a pagar	20.875	19.523	5.125	-	-	45.523
Financiamentos	57.272	64.259	142.492	454.924	851.473	1.570.420
Partes Relacionadas e dividendos	25.757	-	-	-	-	25.757
Impostos a Recolher	199	-	-	-	-	199
Outras obrigações	1.680	-	-	-	-	1.680
Debentures	33.652	32.910	63.173	128.938	-	258.673
	<u>145.621</u>	<u>116.692</u>	<u>210.790</u>	<u>583.862</u>	<u>851.473</u>	<u>1.908.438</u>

15.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de juros irão afetar o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

15.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

As controladas da Companhia não possuem transações em moeda estrangeira.

15.7. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

As controladas da Companhia estão expostas ao risco de taxa de juros, e índices flutuantes relativos as variações da taxa de IPCA, CDI e TJLP. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção principalmente de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

15.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros, IPCA e TJLP ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Risco	Consolidado	
	Instrumentos	Variação de 50%
	<u>Ativo Financeiro</u>	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	70.635
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	9,52%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	4,76%
	Perda	(3.362)
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do TJLP	Financiamento	319.039
	Taxa anual estimada de TJLP + 2,34%	8,42%
	Efeito anual no financiamento	3,04%
	Perda	9.699
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	148.103
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	10,27%
	Efeito anual nas Debêntures	4,76%
	Perda	7.050
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	70.270
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	8,15%
	Efeito anual nas Debêntures	2,45%
	Perda	1.722
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do IPCA	Financiamento	582.591
	Taxa anual estimada de IPCA + 2,54%	7,44%
	Efeito anual nos Financiamentos	2,45%
	Perda	14.273
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do IPCA	Financiamento	256.343
	Taxa anual estimada de 2022 IPCA + 0,788%	5,69%
	Efeito anual no Financiamento	2,45%
	Perda	6.280

15.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

15.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

16. CONTAS A PAGAR

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Contas a Pagar	45.523
Passivo Circulante	40.398
Passivo Não Circulante	5.125

Refere-se à diferença entre os valores de energia contratada e gerada durante o exercício, ou seja, a Companhia gerou volume menor de energia que a contratada, e que, conforme previsto em contrato de venda estabelecido com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e Eletrobras, nos casos do PROINFA, serão compensados de duas formas:

- a) O valor destacado no passivo circulante será compensado com os faturamentos de energia do próximo exercício (contratos com o PROINFA e CCEE);
- b) O valor destacado no passivo não-circulante será compensado ao final do primeiro quadriênio (contratos com a CCEE).

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

17.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período em troca de contraprestação”.

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

a) Direito de uso de arrendamentos:

	Consolidado			Valor líquido
	2021			
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	
Terrenos				
Contrato de Locação	Até 2040	735	(100)	635
Contrato de Locação	Até 2041	863	(87)	776
Contrato de Locação	Até 2042	1.085	(116)	969
Contrato de Locação	Até 2045	1.235	(144)	1.091
Contrato de Locação	Até 2048	349	(32)	317
Contrato de Locação	Até 2049	1.191	(137)	1.054
		5.458	(616)	4.842

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Integralização de Capital	4.201
Adição	878
Depreciação	(237)
Saldo em 31/12/2021	4.842

b) Arrendamentos a pagar:

	Não		Total
	Circulante	Circulante	
Integralização de Capital	105	4.415	4.520
Adição	-	877	877
Juros	-	588	588
Transferências	963	(963)	-
Amortizações	(657)	-	(657)
Saldo em 31/12/2021	411	4.917	5.328

c) Pis e COFINS a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

17.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16/CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Despesa de Arrendamentos	5.842

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social:**

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$791.738 é representado por 791.738.362 mil quotas de valor nominal R\$1,00. Em 24 de março de 2021 foi integralizado R\$791.737 (R\$1 em 2020).

b) Reservas de lucro:

b.1) Legal - pela legislação societária brasileira, a Empresa deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial de Lucros - Foi constituída reserva especial de lucros com o saldo remanescente do lucro do período para futura aprovação dos sócios, no montante de R\$ 71.669 em 31 de dezembro de 2021 (não houve constituído reserva especial de lucros em 2020), deduzidas as reservas legais.

c) Distribuição de Lucro:

No exercício de 2021 foram distribuídos lucros no total de R\$ 24.000 (não houve distribuição de lucros em 2020)

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

19. RECEITA

	Consolidado
	2021
Receita bruta	
Venda de energia	489.928
Deduções da Receita:	
Impostos sobre vendas	(29.438)
Receita líquida	460.490

20. DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
		Não	
		Auditado	
Despesa Classificada por função			
Custo da Operação	-	-	(183.333)
Gerais e Administrativas	(33)	(4)	(15.196)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	3.793
Total	(33)	(4)	(194.736)
Despesa Classificada por natureza			
Custo de Operação e Manutenção	-	-	(72.547)
Encargos Uso do Sistema e Produção	-	-	(28.077)
Arrendamentos	-	-	(5.020)
Depreciação	-	-	(77.689)
Prêmios de Seguro	-	-	(5.017)
Despesa Legais e Cartório	(1)	-	(170)
Impostos e Taxas	(2)	-	(237)
Despesa com Serviços Profissionais	(30)	-	(5.209)
Outras Despesas Administrativas	-	(4)	(4.563)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	3.793
Total	(33)	(4)	(194.736)

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
		Não	
		Auditado	
Receitas aplicações financeiras	180	31	7.056
Receita de juros sobre Empréstimos	921	169	964
Receita de Juros	1	-	36
Receitas financeiras	1.102	200	8.056

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
		Não Auditado	
IOF	(235)	(380)	(283)
Encargos da Dívida	(1.351)	(174)	(115.745)
Comissionamento	-	-	(539)
Desmobilização	-	-	(710)
Arrendamentos	-	-	(588)
Juros Passivos	(4)	-	(4)
Despesas bancárias	(2)	-	(9.507)
Outros	(52)	(9)	(1.236)
Despesas financeiras	(1.644)	(563)	(128.612)

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

22.1. Transações comerciais consolidadas

As aquisições de bens e serviços de partes relacionadas são feitas nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, não há incidência de encargos financeiros nessas transações.

	Consolidado Aquisição de Serviços 2021
Wobben Windpower Ltda.	45.861
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	26.063
Elecnor do Brasil Ltda.	3.677
Totais	75.601

	Consolidado Valores a pagar para partes relacionadas 2021
<u>Fornecedores</u>	
Wobben Windpower	1.853
Elecnor do Brasil Ltda.	338
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	4.492
Totais	6.683

RIO GRANDE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Grande Energias Renováveis Ltda. e Controladas

	<u>Consolidado</u>
	<u>Valores a pagar para acionistas das controladas</u>
	<u>2021</u>
<u>Acionistas</u>	
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G	6.194
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	6.194
Totais	<u>12.388</u>
	<u>Valores a Receber com partes relacionadas</u>
	<u>2021</u>
Ventos de São Fernando I Energia S.A.	6.000
Totais	<u>6.000</u>

22.2. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

<u>Compromissos</u>	<u>Consolidado Posição em 31/12/2021</u>
Encargos de Transmissão	17.868
Arrendamentos	2.911
Wobben Windpower	12.989
Nordex	334
Totais	<u>34.102</u>

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.